

Mulheres

ALI KAMEL

Toda vez que sai a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (PNAD), é a mesma história: ouve-se que as mulheres são discriminadas no mercado de trabalho. Elas ganham em média R\$ 456, e os homens, R\$ 722, 54% a mais. Para excluir qualquer dúvida, muitos se fixam no dado de que homens e mulheres com igual número de anos na escola têm salários diferentes, sem exceção. As mulheres com 11 anos ou mais de estudo, para citar apenas um caso, ganham, em média, R\$ 829, enquanto os homens na mesma condição recebem R\$ 1.416. Um dado importantíssimo, no entanto, capaz de explicar diferença salarial tão grande, fica sempre escondido: as mulheres trabalham menos horas. 42% trabalham menos do que 39 horas semanais, enquanto apenas 15% dos homens têm jornada semelhante. 48% dos homens trabalham 45 horas ou mais por semana contra apenas 28% das mulheres. Menos horas trabalhadas, menos salário, essa é a regra.

Evidentemente, quando se leva em conta os afazeres domésticos, a jornada real de trabalho das mulheres é bem maior. Apesar de todo o avanço, muitas mulheres têm ainda de enfrentar uma dupla jornada: em casa, cuidando dos filhos e maridos, e, no trabalho, cuidando da profissão. É exatamente este o motivo que leva um número grande de mulheres a procurar empregos que lhes tornem possível essa dupla jornada, empregos que pagam invariavel-

mente menos. A mesma PNAD mostra isso. Excluindo-se os serviços domésticos, há maior concentração de mulheres em quatro áreas de atividade: agrícola (16%), educação, saúde e serviços sociais (17%), comércio e reparação (16%) e indústria (12%). Em todas essas áreas, as mulheres recebem menos do que os homens. Mas, em todas elas, também trabalham menos. Vejam a porcentagem das que trabalham menos do que 39 horas: agrícola (78%, contra 31% dos homens), educação, saúde e serviços sociais (47%, contra 37% dos homens), comércio e reparação (34%, contra 16% dos homens), indústria (32%, contra 8% dos homens). Ou seja, apesar de trabalhar nos mesmos setores, grande parte das mulheres é levada a procurar funções que exijam uma carga horária menor, com menor salário. Não são discriminadas porque são mulheres; recebem menos porque trabalham menos horas.

Uma maneira de verificar que a diferença salarial não se deve à diferença de gênero é constatar que não há grandes discrepâncias numa mesma faixa de rendimento. Por exemplo, na faixa dos que ganham entre um e dois salários-mínimos, seria prova de discriminação se a média salarial das mulheres fosse puxada para o ponto inferior da escala (um salário) e a dos homens ficasse mais próxima do ponto superior (dois salários). Mas isso definitivamente não acontece. Na faixa dos que ganham entre meio salário-mínimo e um salário, a remuneração das mulheres é cerca de 2% superior à dos homens; na faixa entre um e dois salários, a diferen-

ça a favor dos homens é de apenas 2%; na faixa seguinte, a diferença a favor dos homens cai para 1%; na faixa entre 3 e 5 salários, não há diferença entre o que recebem homens e mulheres; nas duas faixas seguintes (5 a 10 salários e 10 a 20 salários) a diferença pró-homens é novamente de apenas 1%. Isso prova que há igualdade entre homens e mulheres dentro de uma mesma faixa salarial. Portanto, ao se deparar com a informação de que, em média, os homens recebem 54% a mais do que as mulheres (R\$ 722 contra R\$ 456), o leitor apressado pode ser levado a erro. Não há discriminação; o que há é uma maior concentração de mulheres em funções que remuneram menos, pelas razões que já expus.

Uma tabela muito esclarecedora é a do Censo 2000, que mostra as diferenças salariais entre homens e mulheres em diferentes ramos de atividade. Na construção civil, homens recebiam em média R\$ 487 e mulheres, R\$ 658. Diante desses números, dizer que mulheres discriminam os homens seria um disparate. O que ocorre é que o setor concentra apenas 0,4% das mulheres economicamente ativas, e elas, provavelmente, são aquelas que trabalham como engenheiras. Em contrapartida, 11% dos homens trabalham no setor, e eles são desde o pedreiro até o engenheiro. A média salarial dos homens leva em conta os salários de todas as funções, ficando, assim, menor do que a das mulheres, em sua maior parte engenheiras. É exatamente o mesmo efeito que explica as diferenças salariais entre homens e mulheres com 11 anos ou mais de estudo:

os homens devem ter optado por profissões mais lucrativas e muitas mulheres procuraram aquelas que lhes tornassem possível a dupla jornada.

Com todos esses dados, não quero nem de longe deixar dúvidas de que sei o quanto é sacrificada a vida das mulheres que trabalham fora e ainda têm de cuidar da casa. São umas heróicas. Mas, ao analisar as estatísticas sobre homens e mulheres no mercado de trabalho, não se deve olhar para a aparência dos números e chegar à conclusão sem base na realidade: "As mulheres recebem menos do que os homens porque são discriminadas." É preciso buscar todos os números, analisá-los em perspectiva, sem nunca esquecer que tudo tem uma racionalidade econômica por trás.

PS: A pesquisa do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, que mostra que há 47 milhões de brasileiros indigentes, deixou-me horrorizado. Não pelo resultado, mas pelo método. Ela diz que quem não tiver renda para uma dieta diária de 2.888 calorias é indigente. O Departamento de Saúde dos EUA mostra que os homens de lá consomem 2.475 calorias/dia; as mulheres, 1.833. No Reino Unido, informo-se: 2.550 calorias para homens e 1.940, para mulheres. Qualquer consumidor ao analisar os dados nutricionais de um alimento lê que eles se baseiam numa dieta de 2.000 calorias. Pelos dados da pesquisa brasileira, chegamos a uma de duas conclusões: ou não temos 47 milhões de indigentes ou EUA e Reino Unido tendem a importar o nosso Bolsa Família.

ALI KAMEL, é jornalista